



## RACIONALIDADE NEOLIBERAL E EMPRESARIAMENTO DA VIDA EM MICHEL FOUCAULT

Igor Corrêa de Barros

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)  
[igorcbarros21@gmail.com](mailto:igorcbarros21@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo investigar, à luz dos aportes teórico-metodológicos da genealogia do poder de Michel Foucault, os fatores que levaram à emergência do empresário de si como forma de subjetividade predominante no estágio atual do capitalismo. O neoliberalismo colocou em curso novos processos de subjetivação e produziu um novo modo de o indivíduo relacionar-se consigo mesmo. A normatização da concorrência fabrica indivíduos-empresas e os convida a atuar como tais em todos os níveis de sua existência. O empresário de si é um indivíduo moralmente responsável por conduzir-se pelo campo social, um “átomo” guiado pelos seus interesses próprios. A governamentalidade neoliberal ignora as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que visa defender o mercado e produzir condições sociais favoráveis à reprodução do *homo oeconomicus*. A análise foucaultiana realizada no curso *Nascimento da Biopolítica* (1979) nos fornece ferramentas valiosas para a compreensão do empresário de si e da precarização do trabalho como consequências diretas da governamentalidade neoliberal.

**Palavras-chave:** Foucault. Liberalismo. Neoliberalismo. Subjetivação. Biopolítica.

**Abstract:** This paper aims to investigate the factors that led to the emergence of the entrepreneur of the self as a form of subjectivity prevalent in the current stage of capitalism. Neoliberalism started new processes of subjectification and produced a new way for individuals to relate to themselves. The regulation of competition manufactures individuals-companies and invites them to act that way at all levels of their existence. The entrepreneurs of the self are individuals

*Varia - Artigos*

*Revista Eros, Sobral, v. 2, pp. 85-105, jan./dez. 2020.*

morally responsible for conducting themselves in the social field, an “atom” guided by their own interests. Neoliberal governmentality ignores social inequalities at the same time that it aims to defend the market and produce social conditions favorable to the production of *homo oeconomicus*. The Foucaultian analysis carried out in *The Birth of Biopolitics* (1979) provides us valuable tools for understanding the entrepreneur self and the precariousness of work as direct consequences of neoliberal governmentality.

**Keywords:** Foucault. Liberalism. Neoliberalism. Subjectivation. Biopolitics.

### Considerações iniciais

Um dos aspectos mais originais do pensamento político de Foucault é a sua concepção relacional de poder. A partir da fase genealógica, o filósofo realiza um importante deslocamento em suas reflexões e introduz uma visão radicalmente distinta do modo como a noção de poder era até então discutida pelas grandes tradições do pensamento político. Segundo Foucault (2014), tanto na tradição liberal, quanto na marxista, o poder está subordinado ao aspecto econômico e jurídico; no entanto, antes de ser um modo de garantir a harmonia social ou a dominação de uma classe sobre a outra, o poder atua como relações de força. Para fugir do economicismo e da explicação jurídica, o filósofo encontra na metáfora da guerra um modelo de análise das relações de poder: “[... eu] modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio” (FOUCAULT, 2014, p, 33). Foucault mobiliza todo um vocabulário bélico para se referir ao poder como batalha estendida a outros meios: “técnicas”, “táticas”, “luta”.<sup>1</sup>

---

1 Foucault inverte o famoso lema proposto pelo general Clausewitz em *Sobre a guerra*: “A guerra é a política por outros meios”.

Segundo Foucault (2002), uma das principais mudanças na modernidade foi a estatização do biológico. A atuação do poder sobre a vida se realiza a partir de dois eixos. No nível micropolítico, a disciplina ocupa-se do adestramento e do controle dos corpos dos indivíduos nas instituições *panópticas*. No segundo eixo, em um nível macropolítico, a biopolítica se aplica globalmente sobre o conjunto da população e das massas. A articulação desses dois poderes foi essencial para o desenvolvimento do sistema atual: o corpo dócil e disciplinado e a população regulada permitiram a sujeição da força de trabalho e o seu estabelecimento como elemento fundamental para o funcionamento do capitalismo industrial, a ponto de – em que pese a expropriação e a desqualificação do trabalho – ser o sistema capitalista insustentável sem ela.

Ao analisar o poder sob a ótica da subjetivação, Foucault nos fornece importantes ferramentas conceituais para a compreensão de como ele atua na fabricação de sujeitos e na condução de sua força de trabalho. O autor sustenta que o sujeito é uma construção histórica, fruto da ação de poderes e discursos de verdade. Dessa forma, a subjetivação em curso é consequência direta, entre outras coisas, da racionalidade dos dispositivos biopolíticos utilizados pelo capitalismo contemporâneo, ou seja, do neoliberalismo (SENELLART, 2008). Além de modificar profundamente o curso das relações de trabalho, o neoliberalismo expandiu a lógica de mercado para além do setor econômico, criando indivíduos-empresas. O sujeito neoliberal é calculador e racional, tem seu valor moral pautado na sua capacidade de expandir suas habilidades e de satisfazer suas ambições.

O presente trabalho tem por objetivo percorrer a análise foucaultiana do neoliberalismo e apresentar os principais aspectos da racionalidade neoliberal. Para analisar essa ampla questão, este artigo tratará inicialmente da articulação entre disciplina e biopolítica no pensamento de Foucault. No segundo momento, apresentaremos a

análise foucaultiana da racionalidade neoliberal, destacando as mudanças promovidas pelo neoliberalismo na concepção do *homo oeconomicus*. Por fim, na última seção, o foco recairá sobre a concepção neoliberal de trabalho e o processo de subjetivação em curso no estágio atual do capitalismo.

### **1 Disciplinamento do trabalho e regulação da população**

Em *Vigiar e punir* (1975), Foucault sustenta que o corpo, em qualquer sociedade, sempre foi objeto de poderes e dispositivos, mas que essa relação se modificou profundamente no século XVIII. Com o advento do capitalismo, o corpo humano, mais do que nunca, tornou-se alvo de investimentos e técnicas detalhadas de um poder que lhe impõe limitações, obrigações e proibições. O suplício e a repressão dos corpos deram lugar a uma maquinaria de poder mais concentrada, eficiente e, ao mesmo tempo, mais silenciosa e fluida. O poder passou a agir sobre o indivíduo enquanto força de trabalho: seu comportamento, sua linguagem e seus gestos tornaram-se objetos ininterruptos de métodos que realizam uma sujeição minuciosa dos corpos numa relação de docilidade-utilidade. Esses métodos e técnicas compõem o que Foucault denomina através do conceito de “disciplinas” (FOUCAULT, 2014).

O complexo sistema disciplinar é composto de micropoderes que possibilitam relações de poder que são exercidas no interior das instituições. Tais relações de poder são baseadas na manipulação calculada do comportamento e das aptidões dos corpos. O que nasce, então, é uma anatomia política de fabricação de sujeitos submissos e dóceis. A arquitetura das instituições e o controle orgânico de suas atividades, pautados em métodos como a vigilância, são responsáveis pela fabricação de indivíduos submissos e obedientes. Dessa forma, podemos definir a disciplina como dispositivos de poder “que permitem

o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade.” (FOUCAULT, 2014, p. 135). O acréscimo nas forças dos corpos em termos de produtividade corresponde ao acréscimo na docilidade em termos políticos de obediências e vice-versa.

O que singulariza o poder disciplinar é sua meticulosa e exaustiva ação sobre os corpos, que são submetidos a uma maquinaria de poder que os esquadrinha, rearticula e recompõe. São dispositivos minuciosos, uma microfísica do poder que cobre todo o corpo social, com um grande poder de difusão. Esse tipo de relação de poder acontece em um nível microssocial e tem o objetivo de modelar o indivíduo de acordo com os interesses econômicos do sistema capitalista, ajustando e corrigindo atitudes indesejadas, ao mesmo tempo em que incentiva condutas e comportamentos desejáveis, como paciência, obediência e resiliência.

Com a explosão demográfica do século XVIII e a demanda da produtividade da sociedade industrial, surge o problema do controle sobre o corpo social e, também, sobre multiplicidade dos indivíduos no interior das instituições. O problema do espaço, agora, torna-se um problema geopolítico; que reflete inclusive na distribuição do espaço no interior das fábricas e nos processos de produção:

Nas fábricas que aparecem no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante se complica. Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los, mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. É preciso ligar a distribuição dos corpos, a amarração espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividades na distribuição dos postos. (FOUCAULT, 2014, p. 142).

A organização dos espaços e a arquitetura das instituições promovem monitoramento hierárquico do comportamento individual, colocando os indivíduos em um estado de permanente visibilidade. Dessa forma, a arquitetura permite um olhar normalizador, cuja figura paradigmática Foucault encontrou no *panóptico* de Jeremy Bentham. O autor sustenta que, mesmo não tendo sido empiricamente colocada em prática, muitas das características do *panóptico* foram e são usadas nas instituições disciplinares. "O panoptismo é capaz de reformar a moral, preservar a saúde, revigorar a indústria, difundir a instrução, aliviar os encargos públicos [...], tudo isso por uma simples ideia arquitetural (FOUCAULT, 2014, p. 200).

Em suma, Foucault (2014) constata que, ao contrário do poder soberano, os dispositivos disciplinares utilizados pela burguesia moderna passam a depender de sistemas contínuos e permanentes de vigilância, cujo modelo ideal é o *panóptico* idealizado por Bentham. O corpo dócil do sujeito moderno é fruto do nascimento de novos mecanismos de punição e reflete a interconexão entre disciplina e ciência social normativa. Assim como a divisão serial do espaço, a vigilância é outro dispositivo que interferiu de forma crucial nas relações de trabalho. Sobre esse dispositivo, Foucault aponta que no interior das fábricas:

Diferente do que se realizava nos regimes de manufaturas do exterior pelos inspetores, encarregados de fazer aplicar os regulamentos; trata-se agora de um controle intenso, contínuo; corre ao longo de todo o processo de trabalho; não se efetua – ou não só – sobre a produção, mas leva em conta a atividade dos homens, seu conhecimento técnico, a maneira de fazê-lo, sua rapidez, seu zelo, seu comportamento. (FOUCAULT, 2014, p. 171).

Como exposto na passagem acima, o poder disciplinar recai mais sobre as etapas do processo de produção industrial do que sobre o produto final do trabalho. A docilização do corpo permite a extração da força de trabalho, incorrendo na mais valia e na acumulação de bens, porém, a disciplina recai essencialmente sobre os sujeitos e não sobre as riquezas. A disciplina não reprime, mas produz um tipo de homem; cumpre o papel de gerir a força de trabalho e inseri-lo em um sistema de utilidade-docilidade. O corpo humano, como portador da força de trabalho, não se reprime, normaliza-se.

É a partir do advento da biopolítica, no século XVIII, que o trabalho é rearticulado, principalmente pela concepção econômica neoliberal no século XX. Além da sujeição disciplinar, a força de trabalho é inserida nos mecanismos de gestão da população. Inicia-se, assim, a era do biopoder e com ela novas formas de subjetivação e de dominação da força de trabalho.

Enquanto a disciplina atua nos corpos de forma individual, a biopolítica dirige-se às multiplicidades. Em suma, o capitalismo passa a atuar de acordo com a articulação entre as disciplinas anátomo-políticas do corpo, e os controles biopolíticos da população, constituindo um ponto de intervenção na vida particularizada do indivíduo e no conjunto da massa populacional:

Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos reguladores – Estado. Um conjunto orgânico institucional: a órgão-disciplina da instituição, se vocês quiserem, e, de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a biorregulamentação pelo Estado (FOUCAULT, 2002, p. 298).

Dessa forma, Foucault (2002) sustenta que, a partir do século XIX, governar tornou-se algo muito mais amplo e mais complexo do que apenas a atividade de disciplinarização dos corpos. O que não significa o abandono das técnicas e práticas disciplinares, mas sim seu uso dentro de um grande mecanismo de governo que engloba o micro e o macro, o indivíduo e a população, o organismo e o biológico. O capitalismo desenvolveu estratégias globais de gerenciamento da vida da grande massa enquanto conjunto de viventes, como espécie: a biopolítica. A biopolítica abrange mecanismos de poder que atuam sobre a população, com o objetivo de regular os processos biológicos como natalidade, mortalidade, sexualidade, epidemias, pandemias, e higiene (FOUCAULT, 2019).

A biopolítica faz medições, estimativas e cálculos porque não se trata mais de agir diretamente sobre os corpos dos indivíduos, mas de manter um equilíbrio e uma otimização dos aspectos ligados à vida da população. Para isso, foram promovidos múltiplos saberes em torno do homem-espécie, tais como: a Estatística, a Demografia e a Medicina Sanitária. Dessa forma, a biopolítica marca a entrada da vida nos cálculos políticos e inverte-se a fórmula da soberania: não se trata mais de fazer morrer e deixar viver, mas de fazer viver e deixar morrer.

A sociedade biopolítica rearticulou o mundo do trabalho e produziu uma subjetividade que caracteriza um novo tipo de sujeito que podemos chamar de sujeito neoliberal. A nova construção subjetiva que caracteriza o sujeito neoliberal foi longamente discutida por Foucault no curso *Nascimento da Biopolítica*, onde também dedicou-se a estudar o neoliberalismo e as mudanças produzidas no mundo do trabalho. É sobre essa questão que passamos a discutir a seguir.



## 2 Racionalidade neoliberal: o novo *homo oeconomicus*

Para Foucault (2008b), governamentalidade é o conjunto de mecanismos e dispositivos utilizados para se exercer um governo; são as táticas aplicadas para se conduzir a conduta dos indivíduos e da população. Nesse sentido, governar ganha um sentido mais amplo, significa dirigir condutas através de técnicas de poder, que são verificados em todo corpo social. Para tanto, o conceito de razão governamental ganha um papel central nos estudos foucaultianos sobre o governo da população, pois trata-se da racionalidade através da qual os dispositivos serão utilizados para que tais condutas sejam geridas. É dessa forma que Foucault estende suas pesquisas ao neoliberalismo. Mais do que um sistema econômico, o autor analisa o neoliberalismo como uma racionalidade; mais especificamente, a razão dos dispositivos biopolíticos utilizados pelo capitalismo contemporâneo.

No curso *Nascimento da Biopolítica*, Foucault apresentou o liberalismo como a razão biopolítica, ou seja, como uma governamentalidade pautada na gestão da população e da conduta individual de acordo com “a regra interna da economia máxima” (FOUCAULT, 2008, p. 318). Em sua análise genealógica, Foucault examinou o nascimento do ordo-liberalismo na Alemanha Ocidental e do neoliberalismo estadunidense da Escola de Chicago. Para o autor, as duas formas de neoliberalismo foram desenvolvidas como críticas ao modelo de Estado de providência que predominou nas democracias ocidentais até os anos 1980. Para os alemães, tal política foi concebida como uma reação ao estado totalitário; para os estadunidenses, como uma resposta ao amplo Estado de bem-estar do *New Deal*. As políticas econômicas e sociais implantadas entre os anos 1930 e 1960 tinham como objetivo, quase sempre, responder a períodos de crise econômica e social.

A ascensão da racionalidade neoliberal nos anos 1980 pode ser entendida como uma resposta à recessão global da década de 1970. O Estado de providência, bem sucedido até 1960, começou a mostrar sinais de falência na década de 1970, e isso tanto “no âmbito internacional como no das economias domésticas. Sinais de uma séria crise da acumulação do capital eram visíveis em toda parte” (HARVEY, 2005, p. 12). Dessa forma, a implantação de políticas neoliberais surge como resposta a profundas mudanças na racionalidade capitalista; dentre elas, a globalização e a ascensão do capitalismo financeiro. Tais mudanças tiveram como efeito uma modificação radical no “modo de exercício do poder governamental assim como suas referências doutrinárias” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 274).

Em suma, o neoliberalismo foi concebido como uma resposta ao modelo econômico keynesiano do bem-estar social e seu ideário econômico e político foi elaborado pela Escola de Chicago, tendo Simons, Von Hayek e Friedman como seus principais expoentes. As principais características do neoliberalismo são a radicalização do mercado e a maximização da concorrência e do livre mercado; tais maximizações são alcançadas por meio da “desregulamentação da economia, da eliminação de tarifas, e por um conjunto de políticas sociais e monetárias para favorecer o comércio” (BROWN, 2005, p. 38). Políticas essas que, de acordo com a autora, permanecem indiferentes a problemas como “pobreza, o desenraizamento social, a dizimação cultural, a exaustão dos recursos [naturais] a longo prazo, e a destruição ambiental” (*Ibidem*).

Segundo Dardot e Laval (2009), muitos estudiosos interpretam o neoliberalismo como um mero retorno ao mercado. Para esses autores, o neoliberalismo produziu efeitos que vão além de uma restauração da economia política liberal clássica. Segundo eles, também, a política aplicada pelos governos neoliberais

[...] sempre se apoiou na ideia de que para o bom andamento do mercado seria preciso reduzir os impostos, diminuir as despesas públicas, inclusive regulando sua evolução por meio de regras constitucionais, privatizar empresas públicas, restringir as proteções sociais, privilegiar as “soluções individuais” face aos riscos, [...], desregular os mercados, em particular o de trabalho. (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 275).

Em suma, se o neoliberalismo reativou ideais e princípios do liberalismo clássico, foi sob um contexto muito diferente, e com características também diferentes. Em primeiro lugar, o neoliberalismo tem pretensões que vão além do setor econômico. Isso porque, ele não visa somente promover o livre comércio, maximizar lucros e dismantelar o sistema de proteção social. Ao colocar o mercado em primeiro plano, a racionalidade neoliberal não visa somente ao setor econômico, ao contrário, busca estender-se por todos os domínios da sociedade e transformar o empreendimento liberal em um modelo de vida. Nas palavras de Foucault, os neoliberais estadunidenses pretendiam:

[...] estender a racionalidade de mercado, seus esquemas analíticos e seus critérios de tomada de decisão para campos não exclusivamente, ou não prioritariamente, econômicos: a família e a taxa de natalidade, por exemplo, ou a política infracional e penal (FOUCAULT, 2008, p. 323).

Ao transformar todos os domínios da existência em situações de mercado, o neoliberalismo fabrica indivíduos adaptados à lógica de mercado; suprimindo, assim, qualquer diferença entre o econômico e o social. Segundo Foucault (2008), o neoliberalismo promove uma inversão entre as relações ligadas ao âmbito social com aquelas relacionadas ao

âmbito econômico. Em outras palavras, as relações e as atividades não econômicas que antes pertenciam e eram analisados por outros saberes, como a psicologia e a sociologia, passam a ser estudadas e são integradas ao domínio econômico.

Em segundo lugar, a ampliação do domínio econômico teve como consequência a reconfiguração da concepção clássica do *homo oeconomicus*. No liberalismo clássico, o *homo oeconomicus* visa a maximização do seu interesse por meio do cálculo racional, era o sujeito do *laissez-faire* e, sendo assim, encontrava-se fora do domínio das ações governamentais. Dessa forma, livre para agir, o *homo oeconomicus* produz o mercado e a regulação de toda a atividade econômica. No liberalismo clássico, a liberdade natural do indivíduo “era a precondição técnica para um governo racional, e o governo não devia restringir tal liberdade para não colocar em perigo seus próprios fundamentos” (LEMKE, 2001, p. 200).

Diferente do pensamento liberal clássico, a liberdade e a ação racional do *homo oeconomicus* não são tidas pelo neoliberalismo como um dado que provém da natureza humana pré-determinada. Em contrapartida, na concepção neoliberal, o *homo oeconomicus* é tido como aquele que tem que ser construído e moldado; constituindo-se assim como objeto privilegiado de intervenção e de governo. De acordo com Foucault,

[...] a superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele e, por conseguinte, o princípio de regulação do poder sobre o indivíduo, vai ser essa espécie de grade do *homo oeconomicus*. O *homo oeconomicus* é a interface do governo e do indivíduo. (FOUCAULT, 2008, p. 258).

Dessa forma, ao contrário do liberalismo clássico, que concebia a regulação do mercado como resultado de uma tendência natural do homem para os negócios, a perspectiva neoliberal defende que o mercado deve ser regulado e organizado por meio de uma intervenção governamental; mais especificamente, regulado e organizado pelos sistemas jurídicos e pelas instituições políticas. Sendo assim, o governo deve governar para o mercado, promovendo a concorrência e o livre comércio. Em suma, o neoliberalismo é antinaturalista: o mercado, a economia e a concorrência não são fenômenos naturais, eles devem ser estimulados e promovidos pelos governos.

Um terceiro e último ponto importante a ser destacado na racionalidade neoliberal diz respeito ao modelo do Estado elaborado pelos neoliberais. Como colocado anteriormente, o Estado deve agir ativamente na economia, construindo e protegendo o mercado. Dessa forma, podemos chegar à falsa conclusão de que o Estado controla o mercado. Na verdade, “o mercado é o princípio organizador e regulador do Estado e da sociedade” (BROWN, 2005, p. 41), e, sendo assim, o Estado deve governar para o mercado. A dinâmica, a organização e as intervenções do mercado devem ser realizadas de acordo com as necessidades econômicas, buscando fortalecer o mercado e o desenvolvimento econômico. Dessa forma, o Estado deve agir como um participante do mercado. O modelo Estado empresa criado pelo neoliberalismo permite-nos avaliar que

[...] a saúde e o crescimento da economia é a base da legitimidade do Estado, tanto porque o Estado é diretamente responsável pela saúde da economia como também porque as práticas estatais estão submetidas à racionalidade econômica. (BROWN, 2005, p. 42).

Acabamos de realizar um pequeno esboço apontando, em linhas gerais, alguns elementos característicos do neoliberalismo e quais as principais mudanças na concepção do *homo oeconomicus*. Na sequência, pautados na análise foucaultiana, analisaremos dois pontos que nos permitem pensar a governamentalidade neoliberal: as mudanças na análise do trabalho realizadas pelos neoliberais e os efeitos de subjetivação alcançados pelas práticas implantadas por essa nova razão governamental.

### **3 Neoliberalismo: subjetivação e nova abordagem do trabalho**

Como explicado no tópico anterior, o mundo do trabalho modificou-se profundamente nas últimas décadas. Na esfera econômica, podemos considerar essa mudança como consequência da crise do capitalismo e do intervencionismo do Estado de providência, que resultou na transição do capitalismo de produção para o capitalismo de superprodução. O modelo neoliberal de governo estendeu-se por todas as esferas da vida humana, e, com isso, universalizou a concorrência como norma. Quais as características do sujeito-empresa? Qual é a subjetividade fabricada pela racionalidade e políticas neoliberais?

Ao fazer do *homo oeconomicus* o homem da concorrência, o neoliberalismo transformou o homem no empresário de si, aquele que é seu próprio capital, ou seja, o capital humano. Uma série de dispositivos, mecanismos e políticas foram colocadas em ação para que os homens agissem como empresas e para que o capital humano fosse a subjetividade predominante na nossa era.

Em *Nascimento da biopolítica*, Foucault aborda dois pontos importantes da teoria do capital humano, desenvolvida por Theodore Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer: a abordagem neoliberal do trabalho e a ampliação da racionalidade econômica para âmbitos não

econômicos. O primeiro ponto aborda a crítica dos neoliberais à economia política clássica. Segundo os teóricos neoliberais, a economia clássica nunca teria inserido de fato o trabalho em suas análises econômicas. Dessa forma, o capitalismo só retém do trabalho a força e o tempo, fazendo dele um produto mercantil. (FOUCAULT, 2008, p. 227). Foi dessa forma que Marx pôde nos alertar que a abstração do trabalho é uma condição natural da lógica capitalista.

Ao contrário de Marx, os teóricos neoliberais sustentam que a abstração do trabalho não é uma condição do capitalismo e, sim, um equívoco da teoria econômica clássica. A partir dessa crítica, os neoliberais reconfiguram a abordagem do trabalho em sua análise econômica: vão propor como objeto da ciência econômica

[...] o estudo e a análise da maneira como são alocados recursos raros para fins que são concorrentes, isto é, para fins que são alternativos, que não podem se superpor uns aos outros. (FOUCAULT, 2008, p. 228).

Essa mudança no objeto da economia introduz o comportamento humano e o cálculo que influencia escolhas e ações de cada sujeito na análise econômica. Essa perspectiva do trabalhador como sujeito livre e ativo é a matriz dos conceitos de capital humano e de empresário de si.

O exame econômico neoliberal do trabalho será pautado na análise de como quem trabalha emprega seus recursos e suas habilidades; dessa forma, o trabalho passa a ser concebido enquanto conduta econômica pertencente à racionalidade de um sujeito livre e ativo.

A concepção neoliberal de trabalho busca afastar as principais críticas tecidas contra a lógica capitalista. Lógica essa que aliena e retira do sujeito sua força de trabalho e sua possibilidade de escolha; privando-o dos meios e do produto de seu serviço. Para contornar essa crítica, as

políticas neoliberais promovem uma falsa sensação de escolha, que possibilita a ampliação do modelo de mercado para todas as esferas da vida e busca promover:

[...] a “obrigação de escolher”, fazendo com que os indivíduos aceitem a situação de mercado [...] imposta como “realidade”, ou seja, como única “regra do jogo”, e integrem desse modo a necessidade de realizar o cálculo do interesse individual se não quiserem perder “o jogo”, e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal em um universo no qual a acumulação parece ser a lei geral da existência. (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 301).

A primeira hipótese levantada por Foucault no curso *Nascimento da biopolítica* é de que foi a partir da reintrodução do trabalho nos domínios da análise econômica e sua nova abordagem que se pôde pensar o empresário de si e a noção de capital humano.

O segundo ponto da análise foucaultiana diz respeito aos fatores envolvidos na acumulação do capital humano. Segundo Foucault (2008), o salário passa a ser analisado pelos neoliberais como uma renda produto de um capital; que, no caso do trabalhador, é uma habilidade, uma competência ou uma capacidade que não pode ser separada dele. O indivíduo-empresa passa a perceber sua vida como um capital, um capital humano, que se acumula através da melhoria das aptidões, das competências e das habilidades. O sujeito passa a se conceber como empresário de si e investe em si mesmo em busca de melhores condições de emprego e remuneração. A universalização da concorrência cria a necessidade do sujeito conceber-se como um empresário de si mesmo:

*O homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que,

*Varia - Artigos*



praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (FOUCAULT, 2008, p. 232).

A subjetivação neoliberal, fruto da universalização da lógica de mercado, vai resultar em uma sociedade constituída por empresários de si e por uma economia feita por unidades-empresas.

Dessa forma, o indivíduo-empresa busca cuidar de si e de suas competências como um investimento. De início, a ideia de capital humano estava estritamente ligada aos investimentos na educação e na formação profissional do indivíduo, ou seja, nas habilidades que o indivíduo conseguia acumular e desenvolver por meio dos investimentos no campo educacional e de desenvolvimento profissional. Esse primeiro conceito de capital humano permitia aos indivíduos pensar, por exemplo, se seria melhor começar a trabalhar mais cedo ou continuar estudando, qual curso investir e quais atividades realizar para melhorar sua formação e seu currículo.

Com o neoliberalismo, mais especificamente com as teorizações de Theodore Schultz e Gary Becker, a noção de capital humano vai se ampliar para além do domínio da existência. A valorização e a depreciação do capital humano dependerão, agora, além do investimento em educação e da formação profissional, de outros fatores que agregam valor ao capital humano. Entre estes estão a herança genética, o ambiente social e cultural no qual o indivíduo foi criado, suas práticas cotidianas e a forma como cuida de si. Ainda devem ser somado a isso outros fatores, tais como: a preservação do capital humano físico – boa alimentação, esportes, academia e cuidados psíquicos –, bem como, aqueles ligados à vida amorosa, à educação emocional e ao lazer.

A expansão dos fatores ligados à acumulação de valorização do capital humano para além da educação vai modificar também os rendimentos a serem conquistados com esse capital. A incorporação de aspectos cada vez mais heterogêneos permitirá que o rendimento do capital humano se amplie para além do domínio econômico e monetário. O rendimento do capital humano, além da renda, passa a incorporar também outras conquistas – conquistas amorosas, qualidade de vida, ciclo de amizade, saúde e aparência física. Dessa forma, o rendimento do capital humano não poderá mais ser analisado apenas em termos econômicos.

O governo de si torna-se objeto privilegiado de práticas políticas neoliberais. Por meio de uma ampla oferta de modelos de conduta e de estilos de vida, o neoliberalismo estrutura o campo de ação dos indivíduos, que passam a ser encarados e avaliados de acordo como o seu conjunto de competências. Na busca por uma gama cada vez mais heterogênea de habilidades, cada indivíduo busca valorizar e expandir seu capital humano. A vida passa a ser encarada como um investimento do sujeito em si mesmo. Um cuidado de si segundo a lógica de mercado.

### **Considerações finais**

A racionalidade neoliberal não intervém somente nas políticas econômicas, mas fomenta técnicas de subjetivação que modificam a relação do indivíduo consigo mesmo, criando indivíduos com mentalidade de empresas. O sujeito neoliberal é ativo e livre, e ao tomar sua vida como um empreendimento, é completamente responsabilizado por seu sucesso ou fracasso. A vida do empresário de si é avaliada a partir do resultado de suas escolhas e empreendimentos aos quais decidiu investir ao longo da vida. Somos obrigados a governar nossa vida como um empreendimento moral de nós mesmos, pautado em

*Varia - Artigos*

cálculos de ações e riscos. A consequência dessa moralização criada pela subjetivação neoliberal é a condição de abandono e alienação em que os trabalhadores se encontram hoje. Condenado a tomar sua vida como um empreendimento, o empresário de si é levado a acreditar que a culpa da situação precária em que se encontra é fruto de uma má gestão de sua vida e de seu capital humano.

Foi a partir dessas mudanças produzidas no mundo do trabalho a partir do século XX, principalmente pela flexibilização do trabalho e terceirização empresarial, que se formam as condições que possibilitam a emergência de uma nova classe de trabalhadores, o precariado.

O precariado é um grupo formado por trabalhadores que não tem vários tipos de seguranças legais e direitos em relação a atividade que exercem como carteira assinada, emprego permanente, condições seguras de trabalho, garantia de estabilidade, plano de carreira e, acima de tudo, não tem voz ativa no mercado de trabalho. O precariado é uma classe ainda em formação da qual qualquer trabalhador pode fazer parte, bastando que perca seu emprego formal e seja empurrado para a informalidade. Esta classe de mão de obra informal é marcada pela negatividade expressa principalmente pela falta de direitos e de estabilidade. Standing afirma que “o precariado não existe por si mesmo. É também definido por aquilo que não é”. (STANDING, 2011, p.23).

Uma das principais características do precariado é a forma de trabalho que ele desempenha. Vem crescendo cada vez mais o número de pessoas em situações precárias, que desempenham trabalhos informais, mal remunerados, de natureza frágil e instável. O autoemprego é uma marca do precariado, situação em que o trabalhador é responsável pelo seu próprio empreendimento e em que o empresário de si também se torna um empresário do mundo do trabalho, um microempresário.

A formação do precariado é consequência direta das mudanças promovidas pela concepção econômica neoliberal e pelos dispositivos de subjetivação colocados em curso por essa nova governamentalidade.

### Referências

BROWN, W. **Edgework**: Critical essays on knowledge and politics. Princeton: Princeton University Press, 2005.

DARDOT, P.; LAVAL C. **La nouvelle raison du monde**: Essai sur la société néolibérale. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

ERICSON, R. V.; DOYLE, A. **Risk and Morality**. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 8ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2014.

HARLEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005b.

HUNT, A. **Risk and moralization in everyday life**. In: ERICSON, R. V.; DOYLE, A. Risk and Morality. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

LEMKE, T. **"The Birth of Bio-politics"**: Michel Foucault's Lecture at the Collège de France on Neo-liberal Governmentality. *Economy and Society*, Volume 30, Number 2, pp. 190-207, 2001.

SENEILLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

STANDING, Guy. **O Precariado** – A Nova Classe Perigosa. São Paulo: Autêntica, 2011.